

**RETIFICAÇÃO**

Nas Lei de nº 2.871/2008, publicada neste Jornal no dia 12/04/2008, páginas 6,7,8,9 e 10, Classificados:

**ONDE SE LÊ:**

Art. 89 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Estância Turística de Salto  
em 28 de março de 2007  
JOSÉ GERALDO GARCIA  
Prefeito da Estância Turística de Salto

**LEIA-SE:**

Art. 89 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Estância Turística de Salto  
em 28 de março de 2008  
JOSÉ GERALDO GARCIA  
Prefeito da Estância Turística de Salto

Estância Turística de Salto  
Em 15 de abril de 2008

  
JOSÉ GERALDO GARCIA  
Prefeito Municipal



LEI N.º 2.871/2008

*“Estabelece normas gerais para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte no âmbito do Município da Estância Turística de Salto, e dá outras competências.”*

**JOSÉ GERALDO GARCIA**, Prefeito da Estância Turística de Salto, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

**FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

### Capítulo I Das Disposições Preliminares

Art. 1.º – Esta Lei estabelece normas gerais conferindo tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), conforme legalmente definidas, no âmbito do Município da Estância Turística de Salto, em especial ao que se refere:

- I – aos benefícios fiscais dispensados às micro e pequenas empresas;
- II – à preferência nas aquisições de bens e serviços pelo Poder Público;
- III – à inovação tecnológica e à educação empreendedora;
- IV – ao associativismo e às regras de inclusão;
- V – ao incentivo à geração de empregos;
- V – ao incentivo à formalização de empreendimentos.

Art. 2.º – O tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 1.º desta Lei será gerido pelas instâncias a seguir especificadas:

I – Comitê Gestor Municipal, com as seguintes competências:

- a) – Coordenar a “Sala do Empreendedor”, que abrigará os Comitês criados para a implantação da Lei;
- b) – Gerenciar os Subcomitês Técnicos que atenderão as demandas específicas decorrentes dos capítulos da Lei;
- c) – Coordenar as parcerias necessárias ao desenvolvimento dos Subcomitês Técnicos que compõem a “Sala do Empreendedor”;
- d) – Revisão dos valores expressos em moeda nesta Lei.

Art. 3.º – Para as hipóteses não contempladas nesta Lei, serão aplicadas as diretrizes da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.



**Capítulo II**  
**Da Definição de Pequeno Empresário, Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)**

**Seção I**  
**Do Pequeno Empresário**

Art. 4.º – Para os efeitos desta Lei, considera-se pequeno empresário o empresário individual nos moldes da Lei 10.406, de 10/01/2002, em seus artigos 970 e 1.179, caracterizado como Microempresa e com seu registro no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso de pequeno empresário, na forma da Lei Complementar 123, de 14/12/2006, que aufera receita bruta anual de até R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais);

II – não poderá se enquadrar como empresário individual nos moldes do *caput* do Artigo 1.º a pessoa natural que:

- a) – possua outra atividade econômica;
- b) – exerça atividades de natureza intelectual, científica, literária ou artística.

Art. 5.º – O empresário individual nos moldes do *caput* do Artigo 1.º, quando da sua inscrição municipal, deverá acrescentar ao seu nome a expressão “Microempresa” ou a abreviação “ME”.

**Seção II**  
**Da Microempresa (ME) e da Empresa de Pequeno Porte (EPP)**

Art. 6.º – Para os efeitos desta Lei, considera-se Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) a sociedade empresária, a sociedade simples e o empresário individual nos moldes do Artigo 966 da Lei n.º 10.406, de 10/01/2002, com seus registros no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I – no caso das microempresas (ME), o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou superior a R\$ 240.000,00 (Duzentos e Quarenta Mil Reais);

II – no caso das empresas de pequeno porte (EPP), o empresário, a pessoa jurídica, ou a ela equiparada, aufera, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a R\$ 2.400.000,00 (Dois Milhões e Quatrocentos Mil Reais).

§ 1.º – Considera-se receita bruta, para fins do disposto no *caput* deste Artigo, o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultados nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

§ 2.º – Não se inclui no regime dessa Lei a pessoa jurídica definida nos incisos I a X do parágrafo 4.º do Artigo 3.º, da Lei Complementar 123, de 14/12/2006.



**Capítulo III**  
**Da Inscrição e da Baixa**

Art. 7.º – A Administração Municipal determinará a todos os Órgãos e Entidades envolvidos na abertura e no fechamento de empresas que os procedimentos sejam simplificados de modo a evitar exigências ou trâmites redundantes, tendo por fundamento a unicidade do processo de registro e legalização de empresas.

Art. 8.º – Deverá a Administração Municipal, em ocorrendo a implantação de cadastros sincronizados ou banco de dados nas esferas administrativas superiores, firmar os necessários convênios para a utilização dos mesmos na esfera municipal.

Art. 9.º – A Administração Municipal permitirá o funcionamento residencial de estabelecimentos comerciais ou de prestação de serviços, cujas atividades estejam de acordo com o Código de Posturas, Vigilância Sanitária, Meio Ambiente e Saúde.

Art. 10 – Como objetivo de orientar os empreendedores e simplificar os procedimentos de registro e funcionamento de empresas no Município, fica criada a “Sala do Empreendedor”, com as seguintes competências:

I – disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-se atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficiais;

II – emissão da Certidão de Zoneamento (Uso de Solo) na área do empreendimento;

III – emissão do Alvará Provisório nos casos definidos no Artigo 11;

IV – deferir ou não os pedidos de inscrição municipal em até 05 (cinco) dias úteis;

V – emissão de certidões de regularidade fiscal e tributária;

VI – orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização de registro e funcionamento, bem como situação fiscal e tributária das empresas.

§ 1.º – Na hipótese de indeferimento o interessado será informado sobre os fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal.

§ 2.º – Para a consecução dos seus objetivos na implantação da “Sala do Empreendedor”, a Administração Municipal firmará parceria com outras Instituições, para fornecer orientações sobre a abertura, o funcionamento e o encerramento das empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

Art. 11 – A Administração Municipal instituirá o Alvará de Funcionamento Provisório, que permitirá o início de operação do estabelecimento imediatamente após o ato de registro, exceto nos casos em que o grau de risco da atividade seja considerado alto.

§ 1.º – Serão consideradas atividades de alto grau de risco aquelas que necessitem da fiscalização da Vigilância Sanitária.





§ 2.º – O Alvará previsto no *caput* deste Artigo não se aplica no caso de atividades eventuais, de comércio ambulante e de autônomos não estabelecidos, os quais dispõem de regras próprias conforme definido em Lei.

§ 3.º – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) enquadradas nesta Lei, quando da renovação do Alvará de Funcionamento, desde que permaneçam na mesma atividade empresarial (classificação nacional de atividades econômicas – CNAE), no mesmo local e sem alteração societária, terão sua renovação pelo Poder Público Municipal, na forma automática, bem como a dispensa do pagamento das taxas correspondentes.

Art. 12 – Constatada a inexistência de “habite-se” o interessado será intimado a apresentar protocolo de processo de regularização do prédio ou do processo de pedido de “habite-se”, caso já tenha projeto aprovado.

Parágrafo Único – O “habite-se” será exigível no prazo de 90 (noventa) dias a partir da data de qualquer dos protocolos previstos no *caput* deste artigo, podendo este prazo ser prorrogado por igual período, mediante requerimento fundamentado.

Art. 13 – Será pessoalmente responsável pelos danos causados à empresa, ao Município e/ou terceiros, os que dolosamente prestarem informações falsas ou sem observância das legislações Federal, Estadual ou Municipal pertinente, sobretudo as que definem os crimes contra a ordem tributária.

Art. 14 – O Alvará de Funcionamento Provisório será cassado se:

- I – no estabelecimento for exercida atividade diversa daquela cadastrada;
- II – forem infringidas quaisquer disposições referentes aos controles de poluição, se o funcionamento do estabelecimento causar danos, prejuízos, incômodos, ou puser em risco por qualquer forma a segurança, o sossego, a saúde e a integridade física da vizinhança ou da coletividade;
- III – ocorrer reincidência de infrações às posturas municipais; e
- IV – verificada a falta de recolhimento da Taxa de Licença de Funcionamento.

Art. 15 – As empresas ativas ou inativas que estiverem em situação irregular, na data da publicação desta Lei, terão 90 (noventa) dias para realizarem o recadastramento e nesse período poderão operar com Alvará Provisório, emitido pela “Sala do Empreendedor”.

Art. 16 – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem sem movimento há 03 (três) anos ou mais poderão requerer a baixa nos registros dos Órgãos Públicos Municipais, independente do pagamento de taxas ou multas devidas pelo atraso na entrega das declarações.

#### Capítulo IV

#### Dos Tributos e Contribuições

Art. 17 – Ficam mantidos até 1.º de Julho de 2007 pelo Poder Público Municipal todos os benefícios concedidos às microempresas (ME) e empresas de pequeno

porte (EPP), formalizadas até a referida data, conforme disposição da Lei Complementar 123/2006, e conseqüentes ajustes do Comitê Gestor Federal, sendo exigida qualquer majoração tributária somente a partir de 01 de Janeiro de 2008.

Art. 18 – Por força do Art. 35 da Lei Complementar n.º 123/2006, aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pela microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP), inscritas no Simples Nacional, as normas relativas aos juros, multa de mora e de ofício previstas para o Imposto de Renda.

Parágrafo Único – Aplicam-se aos impostos e contribuições devidos pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) enquadradas na Lei Complementar 123/2006, porém não optantes pelo Simples Nacional, os dispositivos do Código Tributário do Município da Estância Turística de Salto.

Art. 19 – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, não poderão apropriar-se nem transferir créditos ou contribuições nele previstas, bem como, utilizar ou destinar qualquer valor a título de incentivo fiscal.

§ 1.º – No caso dos serviços previstos na Lei Municipal 2528, de 19/12/2003, prestados por microempresas (ME) e pelas empresas de pequeno porte (EPP), o tomador do serviço deverá reter o montante correspondente na forma da legislação deste Município, que será abatido do valor a ser recolhido nos moldes da Lei Complementar n.º 123/2006.

§ 2.º – Para as hipóteses de venda de mercadorias industrializadas pelo contribuinte, deverá o Poder Público Municipal, independentemente da receita bruta apurada no mês pelo contribuinte, estabelecer valores fixos mensais para o recolhimento do ISSQN devido por microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) enquadradas na Lei Complementar 123/2006 e que aufera receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 120.000,00 (Cento e Vinte Mil Reais) conforme disposto no inciso II, do § 14 e §§ 18 e 19, do Artigo 18 da referida Lei Complementar e atendidas as exigências definidas pelo respectivo Comitê Gestor.

Art. 20 – Deverão ser aplicados os incentivos fiscais municipais de qualquer natureza às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) enquadradas na Lei Complementar 123/2006, porém não optantes pelo Simples Nacional e desde que preenchidos os requisitos e condições legais estabelecidas.

Art. 21 – A “Sala do Empreendedor” prevista nesta Lei, deverá atribuir todas as orientações, informações e conclusões relativas a este Capítulo às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nela enquadradas, podendo ainda, disponibilizar material de compreensão e capacitação do empreendedor.



**Capítulo V**  
**Do Acesso aos Mercados**

**Seção I**  
**Do Acesso às Compras Públicas**

Art. 22 – Nas contratações públicas de bens e serviços do Município deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) objetivando:

- I – a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;
- II – a ampliação da eficiência das políticas públicas;
- III – o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais;
- IV – apoio às iniciativas de comércio justo e solidário.

Art. 23 – Para a ampliação da participação das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas licitações, o Município deverá:

- I – instituir cadastro próprio para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas localmente, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de também estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;
- II – divulgar as contratações públicas a serem realizadas, com a estimativa quantitativa e de data das contratações, no site oficial do Município, em murais públicos, jornais ou outras formas de divulgação;
- III – padronizar e divulgar as especificações dos bens e serviços a serem contratados, de modo a orientar, através da “Sala do Empreendedor”, as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) a fim de tomar conhecimento das especificações técnico-administrativas.

Art. 24 – A Administração Municipal deverá realizar licitação presencial ou eletrônica, descrevendo o objeto da contratação de modo a não excluir a participação da microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) locais no processo licitatório.

Art. 25 – As contratações diretas por dispensas de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 258 da Lei 8.666/1993, deverão ser preferencialmente realizadas com microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas no Município ou na região.

Art. 26 – Para habilitação em quaisquer licitações do Município para fornecimento de bens para pronta entrega ou serviços imediatos, bastará à microempresa (ME) e à empresa de pequeno porte (EPP) a apresentação dos seguintes documentos:

- I – ato constitutivo da empresa, devidamente registrado;
- II – inscrição no CNPJ, com a distinção de ME ou EPP, para fins de qualificação.



Art. 27 – Nas licitações públicas do Município, a comprovação da regularidade fiscal das microempresas (ME) e das empresas de pequeno porte (EPP) será exigida somente para efeito de assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

§ 1.º – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e apresentação da devida comprovação desses atos.

§ 2.º – A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1.º, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81 da Lei 8.666/1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Art. 28 – A empresa vencedora da licitação deverá preferencialmente subcontratar serviços ou insumos de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

§ 1.º – A exigência de que trata o *caput* deve estar prevista no instrumento convocatório, especificando-se o percentual mínimo do objeto a ser subcontratado até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado.

§ 2.º – É vedada à Administração Pública a exigência de subcontratação de itens determinados ou de empresas específicas.

Art. 29 – Nas subcontratações de que trata o artigo anterior, observar-se-á o seguinte:

I – o edital de licitação estabelecerá que as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) a serem subcontratadas deverão estar indicadas e qualificadas nas propostas dos licitantes com a descrição dos bens e serviços a serem fornecidos e seus respectivos valores;

II – a empresa contratada compromete-se a substituir a subcontratada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o Órgão ou Entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis;

III – demonstrada a inviabilidade de nova subcontratação, nos termos do inciso II, a Administração Pública Municipal deverá transferir a parcela subcontratada à empresa contratada.

Art. 30 – Nas licitações para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo, nas hipóteses definidas em Decreto, a Administração Pública Municipal deverá reservar cota de até 50% (cinquenta por cento) do objeto, para a contratação de microempresas (ME) e até 80% (oitenta por cento) para empresas de pequeno porte (EPP).







Parágrafo Único – Não havendo vencedor para a cota reservada, esta deverá ser adjudicada ao vencedor da cota principal, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado.

Art. 31 – Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

§ 1.º – Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores àquelas apresentadas pelas demais empresas.

§ 2.º – Na modalidade de pregão o intervalo percentual estabelecido no § 1.º será de até 5% (cinco por cento) superior ao melhor preço.

Art. 32 – Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

I – a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EEP) mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço igual ou inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato a seu favor;

II – na hipótese da não contratação da microempresa (ME) ou da empresa de pequeno porte (EPP), na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que por ventura se enquadrarem na hipótese dos §§ 1.º e 2.º do artigo 34, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1.º e 2.º do artigo 34 será pelo maior número de empregados pelas empresas segundo a RAIS.

§ 1.º – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no *caput*, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2.º – O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP).

§ 3.º – No caso de pregão, a microempresa (ME) ou a empresa de pequeno porte (EPP) melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III do *caput*.

Art. 33 – A Administração Pública Municipal deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (Oitenta Mil Reais), ou outro valor a ser definido por legislação competente.

Art. 34 – A Administração Pública Municipal dará prioridade ao pagamento às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para os itens de pronta entrega.



Art. 35 - A Administração Pública Municipal dará prioridade nas compras governamentais às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) que instituírem o Selo Verde.

Art. 36 – Não se aplica o disposto nos artigos 25 a 36 quando:

I – os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

II – não houver um mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas (ME) ou empresas de pequeno porte (EPP) sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

III – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

IV – a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei n.º 8.666/1993.

## **Seção II Do Estímulo ao Mercado Local**

Art. 37 – A Administração Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para a exposição e venda de produtos locais em outros Municípios de grande comercialização.

## **Capítulo VI Das Relações do Trabalho**

### **Seção I Da Segurança e da Medicina do Trabalho**

Art. 38 – As microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) serão estimuladas pelo Poder Público e pelos Serviços Sociais Autônomos a formar consórcios para acesso a serviços especializados em segurança e medicina do trabalho.

Art. 39 – O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com Sindicatos, Universidades, Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Referência do Trabalhador, para implantar Relatório de Atendimento Médico do Trabalhador, com o intuito de mapear os acidentes de trabalho ocorridos nas empresas de sua região, e por meio da Secretaria Municipal de Saúde, através da Vigilância Sanitária Municipal e demais parceiros promover a orientação das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em saúde e segurança no trabalho, a fim de reduzir ou eliminar os acidentes.

Art. 40 – O Poder Público Municipal poderá formar parcerias com os Sindicatos, Universidades, Associações Comerciais, para orientar as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) quanto à dispensa:

- I – da afixação de quadro de trabalho em suas dependências;
- II – da anotação das férias dos empregados nos respectivos livros ou fichas de registros;
- III – de empregar e matricular seus aprendizes nos cursos dos serviços nacionais de aprendizagem;
- IV – da posse do livro intitulado “Inspeção do Trabalho”; e
- V – de comunicar ao Ministério do Trabalho e Emprego a concessão de férias coletivas.

Art. 41 – O Poder Público Municipal independentemente do disposto no artigo anterior também deverá orientar no sentido de que não estão dispensadas as microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) dos seguintes procedimentos:

- I – anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- II – arquivamento dos documentos comprobatórios de cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias, enquanto não prescrevem estas obrigações;
- III – apresentação da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP;
- IV – apresentação das Relações Anuais de Empregados e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED.

Art. 42 – O Poder Público Municipal, no ato da inscrição ou pedido de Alvará de Funcionamento, poderá informar e orientar, no que se refere às obrigações previdenciárias e trabalhistas, o empresário com receita bruta anual no ano-calendário anterior de até R\$ 36.000,00 (Trinta e Seis Mil Reais) de que é concedido, ainda, o seguinte tratamento especial, até o dia 31 de dezembro do segundo ano de sua formalização:

- I – faculdade de o empresário ou os sócios da sociedade empresária contribuírem para a Seguridade Social, em substituição à contribuição de que trata o *caput* do artigo 21 da Lei n.º 8.212, de 24 de Julho de 1991, na forma do § 2.º do mesmo artigo, na redação dada por esta Lei;
- II – dispensa do pagamento das contribuições sindicais de que trata a Seção I do Capítulo III do Título V da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 01 de Maio de 1943;
- III – dispensa do pagamento das contribuições de interesse das atividades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de que trata o artigo 240 da Constituição Federal, denominadas terceiros, da Contribuição Social do salário-educação prevista na Lei n.º 9.424, de 24 de Dezembro de 1996;
- IV – dispensa do pagamento das contribuições sociais instituídas pelos artigos 1.º e 2.º da Lei Complementar n.º 110, de 29 de Julho de 2001.

Parágrafo Único – Os benefícios referidos neste artigo somente poderão ser usufruídos por até 03 (três) anos-calendário.





## Seção II Do Acesso à Justiça do Trabalho

Art. 43 – É facultado ao empregador de microempresas (ME) ou de empresas de pequeno porte (EPP) fazer-se substituir ou representar perante a Justiça do Trabalho por terceiros que conheçam dos fatos ainda que não possuam vínculo trabalhista ou societário.

## Capítulo VII Da Fiscalização Orientadora

Art. 44 – A fiscalização municipal nos aspectos, tributário, de uso de solo, sanitário, ambiental e de segurança relativos às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) deverá ter natureza prioritariamente orientadora, quando a atividade ou situação, por sua natureza, comportar grau de risco compatível com esse procedimento.

§ 1.º – Nos moldes do *caput* deste artigo quando da fiscalização municipal, será observado o critério de dupla visita para a lavratura dos autos de infração, quando constatada a infração por falta de registro de empregado ou anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CPTS, ou, ainda, na ocorrência de reincidência, fraude, resistência ou embaraço à fiscalização.

§ 2.º – Nas visitas de fiscais serão lavrados termos de ajustamento de conduta.

## Capítulo VIII Do Associativismo

Art. 45 – A Administração Pública Municipal estimulará a organização de empreendedores fomentando o associativismo, cooperativismo e consórcios, em busca da competitividade e contribuindo para o desenvolvimento local integrado e sustentável.

§ 1.º – O associativismo, cooperativismo e consórcios referidos no *caput* deste artigo destinar-se-ão ao aumento da competitividade e a sua inserção em novos mercados internos e externos, por meio de ganhos de escala, redução de custos, gestão estratégica, maior capacitação, acesso ao crédito e novas tecnologias.

§ 2.º – É considerado sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada nos Órgãos Públicos e Entidades previstas na legislação federal.

Art. 46 – A Administração Pública Municipal deverá identificar a vocação econômica do Município e incentivar o fortalecimento das principais atividades empresariais relacionadas a ela, por meio de associações e cooperativas.

Art. 47 – O Poder Executivo adotará mecanismos de incentivo às cooperativas e associações, para viabilizar a criação, a manutenção e o desenvolvimento do sistema associativo e cooperativo no Município através do(a):





I – estímulo à inclusão do estudo do cooperativismo e associativismo nas escolas do Município, visando o fortalecimento da cultura empreendedora como forma de organização de produção, do consumo e do trabalho;

II – estímulo a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do associativismo e na legislação vigente;

III – estabelecimento de mecanismos de triagem e qualificação da informalidade, para implementação de associações e sociedades cooperativas de trabalho, visando à inclusão da população do Município no mercado produtivo fomentando alternativas para a geração de trabalho e renda;

IV – criação de instrumentos específicos de estímulo a atividade associativa e cooperativa destinadas à exportação;

V – apoio aos funcionários públicos e aos empresários locais para organizarem-se em cooperativa de crédito e consumo;

VI – cessão de bens e imóveis do Município;

VII – isenção do pagamento do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, sob a condição de que cumpra as exigências da legislação tributária do Município.

Art. 48 – A Administração Pública Municipal poderá firmar convênios operacionais com cooperativas de crédito, legalmente constituídas, para a prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de salários, vencimento e proventos dos servidores públicos municipais, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração direta e indireta, por opção destes.

Art. 49 – A Administração Pública Municipal poderá aportar recursos complementares em igual valor aos recursos financeiros do Codefat – Conselho Deliberativo de Fundo de Amparo ao Trabalhador, disponibilizados através da criação de programas específicos para as cooperativas de crédito de cujos quadros de cooperados participem microempreendedores, empreendedores de microempresas (ME) e de empresas de pequeno porte (EPP) bem como suas empresas.

## Capítulo IX

### Do Estímulo ao Crédito e Capitalização

Art. 50 – A Administração Pública Municipal, para estímulo ao crédito e à capitalização dos empreendedores e das microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), reservará em seu orçamento anual percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou pela União, de acordo com a regulamentação do Poder Executivo.

Art. 51 – A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de linhas de microcrédito operacionalizadas através de instituições tais como cooperativas de crédito, sociedades de crédito ao empreendedor e organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP, dedicadas ao microcrédito com atuação no âmbito do Município ou região.



Art. 52 – A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de estruturas legais focadas na garantia de crédito com atuação no âmbito do Município ou região.

Art. 53 – A Administração Pública Municipal fomentará e apoiará a instalação e a manutenção, no Município, de cooperativas de crédito ou outras instituições financeiras, públicas ou privadas, que tenham como principal finalidade a realização de operações de crédito com microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

Art. 54 – A Administração Pública Municipal fica autorizada a criar o Comitê Estratégico de Orientação ao Crédito, coordenado pelo Poder Executivo do Município, e constituído por agentes públicos, associações empresariais, profissionais liberais, profissionais do mercado financeiro e de capitais, com o objetivo de sistematizar as informações relacionadas ao crédito e financiamento e disponibilizá-las aos empreendedores e às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) do Município, por meio da "Sala do Empreendedor".

§ 1.º – Por meio desse Comitê, a Administração Pública Municipal disponibilizará as informações necessárias ao micro e pequeno empresário localizados no Município a fim de obter linhas de crédito menos onerosas e menos burocracia.

§ 2.º – Também serão divulgadas as linhas de crédito destinadas ao estímulo à inovação, informando-se todos os requisitos necessários para o recebimento desse benefício.

§ 3.º – A participação do Comitê não será remunerada.

Art. 55 – A Administração Pública Municipal poderá criar ou participar de fundos, destinados à constituição de garantias que poderão ser utilizadas em operações de empréstimos bancários solicitados por empreendedores, microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) estabelecidas no Município, junto aos estabelecimentos bancários para capital de giro, investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas.

Art. 56 – Fica o Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com o Governo do Estado, através da sua Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – SERT, aqui atuando como Órgão Gestor do Fundo de Investimentos de Crédito Popular de São Paulo – Banco do Povo Paulista, destinado à concessão de crédito a microempreendimentos do setor formal ou informal instalados no Município, para capital de giro e investimentos em máquinas e equipamentos ou projetos que envolvam a adoção de inovações tecnológicas, nos termos do estabelecido na Lei n.º 9533, de 30 de Abril de 1997 e no Decreto n.º 43.283, de 03 de Julho de 1998.

Art. 57 – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Adesão ao Banco da Terra (ou seu sucedâneo) com a União, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário, visando a instituição do núcleo municipal Banco da Terra no Município (conforme definido por meio da Lei Complementar 93, de 04 de Fevereiro de 1998, e Decreto Federal 4.892, de 25 de Novembro de 2003) para a criação do projeto Banco da Terra, cujos recursos serão destinados à concessão de créditos a microempreendimentos no setor rural no âmbito de programas de reordenação fundiária.

**Capítulo X**  
**Do Estímulo à Inovação**

**Seção I**  
**Das Disposições Gerais**

Art. 58 – Para os efeitos desta Lei considera-se:

I – inovação: a concepção de um novo produto ou processo de fabricação bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando em maior competitividade no mercado;

II – agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;

III – Instituição Científica e Tecnológica – ICT: órgão ou entidade da Administração Pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicadas de caráter científico ou tecnológico;

IV – núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;

V – instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo legal da Lei n.º 8.958, de 20 de Dezembro de 1994, com a finalidade de dar apoio à projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;

VI – incubadora de empresas: mecanismo que estimula a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica ou de setores tradicionais da economia, por meio da informação complementar do empreendedor em seus aspectos técnicos e gerenciais, facilitando e agilizando o processo de inovação tecnológica nas empresas incubadoras, contando com espaço físico para alojar temporariamente micro e pequenas empresas industriais e prestação de serviços, oferecendo a estes empreendimentos serviços, facilidades e meio de interação com instituições de pesquisa;

VII – parque tecnológico: empreendimento implementado na forma de projeto urbano e imobiliário, com a delimitação de área para a localização de empresas, instituições de pesquisa e serviços de apoio para promover pesquisas de inovação tecnológica e dar suporte ao desenvolvimento de atividades empresariais intensivas em conhecimento; e

VIII – condomínios empresariais: a edificação ou o conjunto de edificações destinadas à atividades industrial ou de prestação de serviços ou comercial, na forma da lei.

**Seção II**  
**Do Apoio à Inovação**

**Subseção I**  
**Da Gestão da Inovação**

Art. 59 – O Poder Público Municipal poderá criar a Comissão Permanente de Tecnologia do Município, com a finalidade de promover a discussão de assuntos relativos à pesquisa e ao desenvolvimento científico-tecnológico de interesse do Município.

§ 1.º – São assuntos de competência da Comissão de que trata o presente artigo o acompanhamento dos programas de tecnologia do Município e a proposição de ações na área de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse do Município e vinculadas ao apoio a microempresa (ME) e a empresas de pequeno porte (EPP).

§ 2.º – A Comissão referida no *caput* deste artigo será constituída por representantes, titular e suplentes, de instituições científicas e tecnológicas, centros de pesquisa tecnológica, agências de fomento e instituições de apoio, associações de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) e de Secretarias Municipais que a Prefeitura Municipal vier a indicar.

## Subseção II Do Fundo Municipal de Inovação Tecnológica

Art. 60 – O Poder Público Municipal poderá instituir o Fundo Municipal de Inovação Tecnológica – FMIT, com o objetivo de fomentar a inovação tecnológica no Município e de incentivar as empresas nele instaladas a realizar investimentos em projetos de pesquisa científica, tecnológica e de inovação.

§ 1.º – Os recursos que compõem o FMIT serão utilizados no financiamento de projetos que contribuam para criar, expandir e consolidar, órgãos ou instituições de natureza pública ou privada que tenham entre seus objetivos estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação para elevar o nível de competitividade das empresas inscritas no Município, por meio da inovação tecnológica de processos e produtos.

§ 2.º – Não será permitida a utilização dos recursos do FMIT para custear despesas decorrentes de responsabilidade da Prefeitura Municipal, ou de qualquer outra instituição, exceto quando previstas em projetos ou programas de trabalho de duração previamente estabelecida.

§ 3.º – Constituem receitas do FMIT:

- I – dotações consignáveis no orçamento geral do Município;
- II – recursos dos encargos cobrados das empresas beneficiárias do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Município;
- III – recursos decorrentes de acordos, ajustes, contratos e convênios celebrados com órgãos ou instituições de natureza pública, inclusive agências de fomento;
- IV – convênios, contratos e doações realizados por entidades nacionais ou internacionais, públicas ou privadas;
- V – doações, auxílios, subvenções e legados, de qualquer natureza, de pessoas físicas ou jurídicas do país ou do exterior;
- VI – retorno de operações de crédito, encargos e amortizações, concedidos com recursos do FMIT;
- VII – recursos de empréstimos realizados com destinação para pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;
- VIII – recursos oriundos de heranças não reclamadas;







- IX – rendimentos de aplicações financeiras dos seus recursos;
- X – outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 61 – A regulamentação das condições de acesso aos recursos do FMIT e as normas que regerão a sua operação inclusive a unidade responsável por sua gestão, serão definidas em ato do Poder Executivo Municipal, a ser encaminhada até 60 (sessenta) dias úteis após a sua instalação.

Art. 62 – O FMIT poderá conceder recursos financeiros através das seguintes modalidades de apoio:

- a) – bolsas de estudos para estudantes graduados;
- b) – bolsas de iniciação técnico-científica, para alunos do 2.º grau e universitários;
- c) – auxílios para elaboração de teses, monografias e dissertações, para graduandos e pós-graduandos;
- d) – auxílio à pesquisa e estudos, para pessoas físicas e jurídicas;
- e) – auxílio à realização de eventos técnicos, encontros, seminários, feiras, exposição e cursos organizados por instituições e entidades, desde que vinculados ao estímulo e à promoção do desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;
- f) – auxílio para obras e instalações-projetos de aparelhamento de laboratório e construção de infra-estrutura técnico-científica, de propriedade do Município.

Art. 63 – Somente poderão ser apoiados com recursos do FMIT os projetos que apresentem mérito técnico compatível com a finalidade, natureza e expressão econômica.

Art. 64 – Sempre que se fizer necessária, a avaliação do mérito técnico dos projetos, bem como da capacitação profissional dos proponentes, será procedida por pessoas de comprovada experiência no respectivo campo de atuação.

Art. 65 – Os recursos do FMIT serão concedidos às pessoas físicas e/ou jurídicas que submeterem ao Município projetos portadores de mérito técnico, de interesse para o desenvolvimento da Municipalidade, mediante contratos ou convênios, nos quais estarão fixados os objetivos do projeto, o cronograma físico-financeiro, as condições de prestação de contas, as responsabilidades das partes e as penalidades contratuais, obedecidas as prioridades que vierem a ser estabelecidas pela Política Municipal de Ciência e Tecnologia.

Art. 66 – A concessão de recursos do FMIT poderá se dar das seguintes formas:

- a) – apoio financeiro reembolsável;
- b) – apoio financeiro não reembolsável;
- c) – financiamento de risco; e
- d) – participação societária.

Art. 67 – Os beneficiários de recursos previstos nesta Lei farão constar o apoio recebido do FMIT quando da divulgação dos projetos e atividades e de seus respectivos resultados.



Art. 68 – Os resultados ou ganhos financeiros decorrentes da comercialização dos direitos sobre conhecimentos, produtos e processos que por ventura venham a ser gerados em função da execução de projetos e atividades levadas à cabo com recursos municipais, serão revertidos a favor do FMIT e destinado às modalidades de apoio estipuladas no artigo 62 desta Lei.

Art. 69 – Os recursos arrecadados pelo Município, gerados por aplicação do FMIT, a qualquer título, serão integralmente revertidos a favor deste Fundo.

Art. 70 – Somente poderão receber recursos aqueles proponentes que estejam em situação regular frente ao Município, aí incluídos o pagamento de impostos devidos e a prestação de contas relativas à projetos de ciência e tecnologia, já aprovados e executados com recursos do Poder Executivo Municipal.

Art. 71 – O Poder Público Municipal indicará a Secretaria Municipal que será responsável pelo acompanhamento das atividades que vierem a ser desenvolvidas no âmbito do FMIT, zelando pela eficiência e economicidade no emprego dos recursos fiscalizando o cumprimento de acordos que venham a ser celebrados.

### Subseção III

#### Da Suplementação pelo Município de Projetos de Fomento à Inovação

Art. 72 – O Poder Público Municipal divulgará anualmente a parcela de seu orçamento anual que destinará à suplementação e ampliação do alcance de projetos governamentais de fomento à inovação e à capacitação tecnológica que beneficiem microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) inscritas no Município.

§ 1.º – Os recursos referidos no *caput* deste artigo poderão: suplementar ou substituir contrapartida das empresas atendidas pelos respectivos projetos; cobrir gastos com divulgação e orientação destinada a empreendimentos que possam receber os benefícios dos projetos; servir como contrapartida de convênios com entidades de apoio a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), em ações de divulgação dos projetos, atendimento técnico e disseminação de conhecimento.

§ 2.º – O Poder Público Municipal criará, por si ou em conjunto com entidade por ele designada, serviço de esclarecimento e orientação sobre a operacionalização dos projetos referidos no *caput* deste artigo, visando ao enquadramento neles de microempresa (ME) e empresa de pequeno porte (EPP) e a adoção correta dos procedimentos para tal necessários.

§ 3.º – Os serviços referidos no *caput* deste artigo compreende: a divulgação de editais e outros instrumentos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP); a orientação sobre o conteúdo dos instrumentos, a exigência neles contidas e respectivas formas de atendê-los; apoio no preenchimento de documentos e elaboração de projetos; recebimento de editais e encaminhamento deles às entidades representativas de micro e pequenos negócios;



promoção de seminários sobre modalidades de apoio tecnológico, suas características e formas de operacionalização.

#### Subseção IV Dos Incentivos Fiscais à Inovação

Art. 73 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover desoneração, sob a forma de crédito fiscal, das atividades de inovação executadas por microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), individualmente ou de forma compartilhada.

§ 1.º – A desoneração referida no *caput* deste artigo terá a forma de crédito fiscal cujo valor será equivalente ao despendido com atividades de inovação, limitado ao valor máximo de 50% (cinquenta por cento) dos tributos municipais devidos.

§ 2.º – Poderão ser depreciados na forma da legislação vigente ou valores relativos a dispêndios incorridos com instalações fixas e aquisição de aparelhos, máquinas e aparelhos destinados à utilização em programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, metrologia, normalização técnica e avaliação de conformidade, aplicáveis a produtos, processos, sistemas de pessoal, procedimentos de autorização de registros, licenças, homologações e suas formas correlatas, bem como relativos a procedimentos à proteção de propriedade intelectual, podendo o saldo não depreciado ser excluído na determinação do lucro real no período de apuração em que for concluída a sua utilização.

§ 3.º – As medidas de desoneração fiscal previstas neste artigo poderão ser usufruídas desde que:

I – O contribuinte notifique previamente o Poder Público Municipal sua intenção de se valer delas;

II – O beneficiado mantenha a todo o tempo registro contábil organizado das atividades incentivadas.

§ 4.º – Para fins da desoneração referida neste artigo, os dispêndios com atividades de inovação deverão ser contabilizados em contas individualizadas por programa realizado.

#### Subseção V Do Ambiente de Apoio à Inovação

Art. 74 – Fica o Poder Público Municipal a manter programa de desenvolvimento empresarial, inclusive instituindo incubadoras de empresas, com a finalidade de desenvolver microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) de várias atividades.

§ 1.º – O Poder Público Municipal será responsável pela implementação do programa de desenvolvimento empresarial referido no *caput* deste artigo, por si ou em parceria com entidades de pesquisa e apoio à microempresas (ME) e à empresas de

pequeno porte (EPP), órgãos governamentais, agências de fomento, instituições científicas e tecnológicas, núcleos, de inovação tecnológica e instituições de apoio.

§ 2.º – As ações vinculadas à operação de incubadoras serão executadas em local especificamente destinado para tal fim, ficando a cargo da municipalidade as despesas com aluguel, manutenção do prédio, fornecimento de água e demais despesas de infraestrutura.

§ 3.º – A Prefeitura Municipal manterá, por si ou com entidade gestora que designar, e por meio de pessoal de seus quadros ou mediante convênios, órgão destinado à prestação de assessoria e avaliação técnica a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

§ 4.º – O prazo máximo de permanência no programa é de 02 (dois) anos para que as empresas atinjam suficiente capacitação técnica, independência econômica e comercial, podendo ser prorrogado por prazo não superior a 02 (dois) anos mediante avaliação técnica. Findo este prazo, as empresas participantes se transferirão para área de seu domínio ou que vier a ser destinada pelo Poder Público Municipal a ocupação preferencial por empresas egressas de incubadoras do Município.

Art. 75 – O Poder Público Municipal poderá criar mini distritos industriais, em local a ser estabelecido por lei complementar, que também indicará os requisitos para instalação das indústrias, condições para alienação dos lotes a serem ocupados, valor, forma e reajuste das contraprestações, obrigações geradas pela aprovação dos projetos de instalação, critérios de ocupação e demais condições de operação.

§ 1.º – As indústrias que se instalarem nos mini distritos do Município terão direito a isenção por 02 (dois) anos do Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assim como das Taxas de Licença para Execução de Obras pelo mesmo prazo.

§ 2.º – As indústrias que se instalarem nos mini distritos do Município serão beneficiadas pela execução no todo ou em parte de serviços de terraplanagem e infraestrutura do terreno, que constarão de edital a ser publicado pela Secretaria Municipal de Planejamento autorizando o início das obras e estabelecendo as respectivas condições.

Art. 76 – Os incentivos para a constituição de condomínios empresariais e empresas de base tecnológica estabelecidas individualmente, bem como para as empresas estabelecidas em incubadoras, constituem-se de:

I – Isenção de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) pelo prazo de 15 (quinze) anos incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel, inclusive quando se tratar de imóveis locados, desde que esteja previsto no contrato de locação que o recolhimento do referido imposto é ônus do locatário;

II – Isenção de Taxas de Licença para Execução de Obras, Taxa de Vistoria Parcial ou Final de Obras, incidentes sobre a construção ou acréscimos realizados no imóvel objeto do empreendimento;

III – Isenção da Taxa de Vigilância Sanitária por 15 (quinze) anos para empresas que exerçam atividades sujeitas ao seu pagamento.



Parágrafo Único – Entende-se por empresa incubada aquela estabelecida fisicamente em incubadora de empresas com constituição jurídica e fiscal própria.

Art. 77 – O Poder Público Municipal apoiará e coordenará iniciativas de criação e implementação de parques tecnológicos, inclusive mediante aquisição ou desapropriação de área de terreno do Município para essa finalidade.

§ 1.º – Para consecução dos objetivos de que trata o presente artigo, a Administração Pública Municipal celebrará os instrumentos jurídicos apropriados, inclusive convênios e outros instrumentos jurídicos específicos, com órgãos da Administração direta ou indireta, federal ou municipal, bem como com organismos internacionais, instituições de pesquisa, universidades, instituições de fomento, investimentos ou financiamento, buscando promover cooperação entre os agentes envolvidos e destes com empresas cujas atividades estejam baseadas em conhecimento e inovação tecnológica.

§ 2.º – Para receber os benefícios referidos no *caput* deste artigo, o parque tecnológico deverá atender aos seguintes critérios, observada a legislação pertinente:

I – ter personalidade jurídica própria e objeto social específico compatível com as finalidades previstas no § 1.º;

II – possuir modelo de gestão compatível com a realização de seus objetivos, o qual deverá prever órgão técnico que zele pelo cumprimento do objeto social do Parque Tecnológico;

III – apresentar projeto urbanístico-imobiliário para a instalação de empresas inovadoras ou intensivas em conhecimento, instituições de pesquisa e prestadoras de serviços ou de suporte à inovação tecnológica;

IV – apresentar projeto de planejamento que defina e avalie o perfil das atividades do Parque, de acordo com as competências científicas e tecnológicas das entidades locais e as vocações econômicas regionais;

V – demonstrar a viabilidade econômica e financeira do empreendimento, incluindo, se necessário, projetos associados, complementares em relação às atividades principais do Parque;

VI – demonstrar que dispõe, para desenvolver suas atividades, de recursos próprios ou oriundos de instituições de fomento, instituições financeiras e outras instituições de apoio às atividades empresariais.

§ 3.º – O Poder Público Municipal indicará a Secretaria Municipal a quem competirá:

I – zelar pela eficiência dos integrantes do Parque Tecnológico, mediante ações que facilitem sua ação conjunta e a avaliação de suas atividades e funcionamento;

II – fiscalizar o cumprimento de acordos que venham ser celebrados com o Poder Público.





## Capítulo XI Do Acesso à Justiça

Art. 78 – O Município poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONG's, OAB – Ordem dos Advogados do Brasil e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à Justiça, priorizando a aplicação do disposto no artigo 74 da Lei Complementar 123, de 14 de Dezembro de 2006.

Art. 79 – Fica autorizado o Município a celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário Estadual, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das empresas de pequeno porte e microempresas localizadas em seu território.

§ 1.º – Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2.º – O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.

§ 3.º – Com base no *caput* deste artigo, o Município também poderá formar parceria com o Poder Judiciário, OAB, Universidades, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

## Capítulo XII Da Agropecuária e dos Pequenos Produtores Rurais

Art. 80 – O Poder Público Municipal poderá promover parcerias com órgãos governamentais, entidades de pesquisa rural e de assistência técnica a produtores rurais, que visem a melhoria da produtividade e da qualidade de produtos rurais mediante a aplicação de conhecimento técnico na atividade produtora de microempresas (ME) e de empresa de pequeno porte (EPP).

§ 1.º – Das parcerias referidas neste artigo poderão fazer parte os sindicatos rurais, cooperativas e entidades de iniciativa privada que tenham condições de contribuir para a implementação de projetos mediante geração e disseminação de conhecimento, fornecimento de insumos; fornecimentos de insumos a pequenos e médios produtores rurais; contratação de serviços para a locação de máquinas, equipamentos e abastecimento; e outras atividades rurais de interesse comum.

§ 2.º – Somente poderão receber os benefícios das ações referidas no *caput* deste artigo pequenos e médios produtores rurais que, em conjunto ou isoladamente, tiverem seus respectivos planos de melhorias aprovados por Comissão formada por 03



(três) membros, representantes de segmentos da área rural, indicados pelo Poder Público Municipal, os quais não terão remuneração e cuja composição será rotativa.

§ 3.º – Estão compreendidas no âmbito deste artigo atividades de conversão de sistema de produção convencional para sistema de produção orgânica, entendido como tal aquele no qual se adotam tecnologias que otimizem o uso de recursos naturais e sócio-econômicos, com o objetivo de promover a auto-sustentação, a maximização dos benefícios sociais, a minimização da dependência de energias não renováveis e a eliminação do emprego de agrotóxicos e outros insumos artificiais tóxicos, assim como de organismos geneticamente modificados ou de radiações ionizantes em qualquer fase do processo de produção, armazenamento e de consumo.

§ 4.º – Competirá à Secretaria que for indicada pelo Poder Público Municipal disciplinar e coordenar as ações necessárias à consecução dos objetivos das parcerias referidas neste artigo.

### Capítulo XIII

#### Da Educação Empreendedora e do Acesso à Informação

Art. 81 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de educação empreendedora, com objetivo de disseminar conhecimento sobre gestão de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP), associativismo, cooperativismo, empreendedorismo e assuntos afins.

§ 1.º – Estão compreendidos no âmbito do *caput* deste artigo de caráter curricular ou extra-curricular, voltadas a alunos do ensino fundamental de escolas públicas e privadas, assim como a alunos de nível médio e superior de ensino.

§ 2.º – Os projetos referidos neste artigo poderão assumir a forma de fornecimento de cursos de qualificação; concessão de bolsas de estudo; complementação de ensino básico público e particular; ações de capacitação de professores de outras ações que o Poder Público Municipal entender cabíveis para estimular a educação empreendedora.

Art. 82 – Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover parcerias com órgãos governamentais, centros de desenvolvimento tecnológico e instituições de ensino para o desenvolvimento de projetos de educação tecnológica, com os objetivos de transferência de conhecimento gerado nas instituições de pesquisa, qualificação profissional e capacitação no emprego de técnicas de produção.

Parágrafo Único – Compreende-se no âmbito do *caput* deste artigo a concessão de bolsas de iniciação científica, a oferta de cursos de qualificação profissional, a complementação de ensino básico público e particular e ações de capacitação de professores.

Art. 83 - Fica o Poder Público Municipal autorizado a implantar programa para fornecimento de sinal de Internet em banda larga via cabo, rádio ou outra forma, inclusive wireless (Wi-Fi), para pessoas físicas, jurídicas e órgãos governamentais do Município.

Parágrafo Único – Caberá ao Poder Público Municipal estabelecer prioridades no que diz respeito ao fornecimento do sinal de Internet, valor e condições de contraprestação pecuniária, vedações à comercialização e cessão do sinal a terceiros, condições de fornecimento, assim como critérios e procedimentos para liberação e interrupção do sinal.

Art. 84 – O Poder Público Municipal poderá instituir programa de inclusão digital, com o objetivo de promover o acesso de micro e pequenas empresas do Município às novas tecnologias de informação e comunicação, especial à Internet.

Parágrafo Único – Compreendem-se no âmbito do programa referido no *caput* deste artigo a abertura e manutenção de espaços públicos dotados de computadores para acesso gratuito e livre à Internet; o fornecimento de serviços integrados de qualificação e orientação; a produção de conteúdo digital e não-digital para capacitação e informação das empresas atendidas; a divulgação e a facilitação do uso de serviços públicos oferecidos por meio de Internet; a promoção de ações, presenciais ou não, que contribuam para o uso de computadores e de novas tecnologias; o fomento a projetos comunitários baseados no uso de tecnologia da informação; a produção de pesquisas e informações sobre inclusão digital.

Art. 85 – Fica autorizado o Poder Público Municipal a firmar convênios com dirigentes de unidades acadêmicas para o apoio ao desenvolvimento de associações civis, sem fins lucrativos, que reúnam individualmente as condições seguintes:

- I – ser constituída e gerida por estudantes;
- II – ter como objetivo principal propiciar a seus partícipes condições de aplicar conhecimentos teóricos adquiridos durante seu curso;
- III – ter entre seus objetivos estatutários o de oferecer serviços a microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP);
- IV – ter em seu estatuto discriminação das atribuições, responsabilidades e de obrigações dos partícipes;
- V – operar sob supervisão de professores e profissionais especializados.

#### Capítulo XIV Da Responsabilidade Social, do Comércio Justo e Solidário e do Meio Ambiente

Art. 86 – As empresas instaladas no Município só poderão gozar de incentivos fiscais e tributários definidos em Lei, quando comprometerem-se formalmente com a implementação de pelo menos 05 (cinco) das seguintes medidas:







I – preferência em compras e contratação de serviços com microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) fornecedoras locais;

II – contratação preferencial de moradores locais como empregados;

III – reserva de um percentual de vagas para portadores de deficiência física;

IV – reserva de um percentual de vagas para maiores de 50 (cinquenta) anos de idade;

V – disposição seletiva do lixo produzido para doação dos itens comercializáveis a cooperativas do setor ou a entidades assistenciais do Município;

VI – manutenção de praça pública e restauração de edifícios e espaços públicos de importância histórica e econômica do Município;

VII – adoção de atleta morador do Município;

VIII – oferecimento de estágios remunerados para estudantes universitários ou de escolas técnicas locais na proporção de um estagiário para cada 30 (trinta) empregados;

IX – decoração de ambientes da empresa com obras de artistas e artesãos do Município;

X – exposição em ambientes sociais da empresa de produtos típicos do Município de importância para a economia local;

XI – curso de educação empreendedora para empregados operacionais e administrativos;

XII – curso básico de informática para empregados operacionais e administrativos;

XIII – manutenção de microcomputador conectado à Internet para pesquisas e consultas de funcionários em seus horários de folga, na proporção de 01 (um) equipamento para cada 30 (trinta) funcionários;

XIV – oferecimento, uma vez por mês aos funcionários, em horário a ser convenientemente estabelecido pela empresa, de espetáculos artísticos (teatro, música, dança, e outros) encenados por artistas locais;

XV – premiação de Associações de Bairro que promovam mutirões ambientais contra o desperdício de água, promoção da reciclagem e pela coleta seletiva;

XVI – proteção de recursos hídricos e ampliação dos serviços de tratamento e coleta de esgoto;

XVII – apoio a profissionais da empresa “Palestrantes Voluntários” nas escolas do Município.

§ 1.º – As medidas relacionadas nos incisos anteriores deverão estar plenamente implementadas no prazo de 01 (um) ano após o início das operações da empresa no Município.

§ 2.º – O teor de qualquer das medidas anteriormente relacionadas só poderá ser alterado por solicitação expressa da empresa e concordância documentada da Prefeitura Municipal.

Art. 87 – O monitoramento da adoção de políticas públicas referidas neste Capítulo será de atribuição do Comitê Gestor ou por instância por ele delegada.

Art. 88 – As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no Orçamento vigente, suplementadas se necessário.

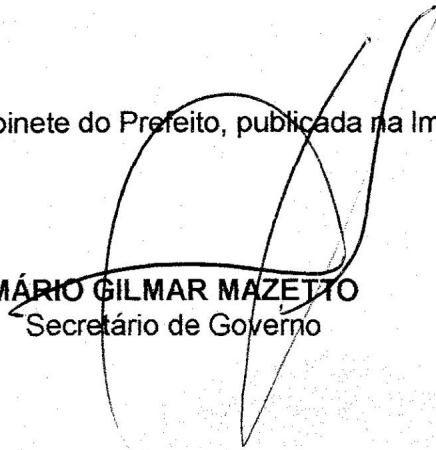
Art. 89 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto  
Em 28 de março de 2008



**JOSÉ GERALDO GARCIA**  
Prefeito da Estância Turística de Salto

Registrada no Gabinete do Prefeito, publicada na Imprensa local e no Quadro Atos Oficiais do Município.



**MÁRIO GILMAR MAZETTO**  
Secretário de Governo

